

**Tratamento e divulgação do fundo  
da Junta de Turismo de Monte Real**

**Relatório**

**de Estágio de Mestrado em Ciências da informação e da  
Documentação - Arquivo**

**Outubro de 2012**

*Dedico este trabalho à minha esposa pelo apoio, sempre presente.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do meu estágio. Ao Arquivo Distrital de Leiria por se ter disponibilizado a receber o estágio.

Um agradecimento especial aos orientadores Dr.<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Rosa, a Dr.<sup>a</sup> Paula Cândido Diretora do Arquivo Distrital de Leiria, ao Coorientador Dr. Pedro Penteado Diretor dos Serviços da Direção Geral de Arquivos pelo apoio na realização do estágio. À equipa do Arquivo Distrital de Leiria, pela simpatia com que fui acolhido.

## RESUMO

O presente relatório é o produto final de estágio desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação – variante de arquivo, realizado no Arquivo Distrital de Leiria.

De acordo com os interesses do Arquivo Histórico Municipal de Leiria em descrever a documentação na sua posse, foi elaborado um plano de trabalho sobre a informação produzida pela Junta de Turismo de Monte Real, com a colaboração do Arquivo Distrital de Leiria, tendo como objetivo o apoio direto no tratamento da documentação resultante da atividade da Junta de Turismo de Monte Real, nomeadamente a organização, descrição e digitalização. Também foi objeto de reflexão as formas de divulgação e valorização deste património arquivístico, com o título:

“Tratamento e Divulgação do Fundo da Junta de Turismo de Monte Real”..

Este relatório está constituído por duas grandes partes, sendo uma delas o tratamento da informação, com base na organização e descrição do Fundo. Inicia com a definição do plano de trabalho, seguindo uma caracterização da instituição produtora e terminado com as atividades operacionais de recolha de dados, organização e descrição. A segunda grande parte visa refletir sobre importância da divulgação e valorização deste património arquivístico, no contexto local.

A aplicação técnica dos conhecimentos exigiu uma maior reflexão sobre a utilidade no tratamento da informação deste fundo e também a reflexão da importância em tornar este património acessível e disponível ao interesse do cidadão, bem como a investigações científicas.

No final são apresentadas as conclusões retiradas à medida que as atividades decorriam, bem como a sugestão no sentido de estender estes objetivos a outros Fundos do Arquivo Histórico Municipal de Leiria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organização e descrição, divulgação da informação, valorização da informação, património cultural, património arquivístico

## ABSTRACT

This report is the final product stage developed under the Mestrado em Ciências da Informação e Documentação – variante de arquivo, held in Arquivo Distrital de Leiria.

According to the interests of the Arquivo Histórico Municipal de Leiria for describing documentation in its possession, a working plan was drafted about the information produced by the Junta de Turismo de Monte Real, with the collaboration of Arquivo Distrital de Leiria, aiming the direct support in the processing of documentation resulting from the activity of the Junta de Turismo de Monte Real, including the organization, description and digitization. It was also the object of reflection forms of dissemination and exploitation of this archive heritage, under the title:

“Tratamento e Divulgação do Fundo da Junta de Turismo de Monte Real”.

This report is composed of two major parts, one being the processing of information, based on the organization and description of the Fundo da Junta de Turismo. Starts with the definition of the work plan, following a characterization of the producer institution and finishing with the operational activities of data collection, organization and description. The second major part aims to reflect on the importance of dissemination and exploitation of this archive heritage, in the local context.

The technical application of knowledge required greater reflection on the usefulness in the treatment of the informations of the Fundo da Junta de Turismo and also the reflection of the importance to make this heritage accessible and available to the citizen's interest, as well as scientific research.

At the end, the conclusions drawn are presented as activities stemmed, as well as the suggestion to extend these goals to other Fundos do Arquivo Histórico Municipal de Leiria.

**KEYWORDS:** Organization and description, dissemination of information, valuation information, cultural heritage, archival heritage

## ÍNDICE

Introdução.....	9
1 – Tratamento documental .....	12
1.1 - Estudo do produtor.....	15
1.2 - Caracterização do fundo .....	17
1.3 – Relações Institucionais .....	21
1.3.1 – Entidades Tutelares.....	23
1.3.2 – Instituições locais .....	24
1.4 - Recolha de dados .....	27
1.5 - Descrição .....	32
1.6 - Digitalização .....	45
2 - Divulgação da informação e sua importância.....	47
2.1 - Enquadramento na sociedade .....	50
2.2 - Termas – Turismo de saúde .....	52
2.3 - Valorização do património local .....	54
2.4 - Divulgação do fundo documental .....	56
3 - Conclusões .....	63
Bibliografia .....	66

## **Índice de ilustrações**

Ilustração 1 esquema representativo do relatório .....	9
Ilustração 2 Ligação entre Junta de Turismo de Monte Real e os tipos de alojamentos.....	18
Ilustração 3 relação de influência na primeira década (1940) da criação da Junta de Turismo de Monte Real .....	22
Ilustração 4 relação de influência após a extinção da Junta de Turismo de Monte Real e da Comissão Municipal de Turismo de Leiria em 1958.....	22

## **Índice de gráficos**

Gráfico 2 Distribuição das unidades hoteleiras na documentação.....	18
Gráfico 3 Quantidade pessoal contratado por especialidade durante a existência da JTMR.....	19

## **Índice de tabelas**

Tabela 1 – levantamento de assunto recolhido através das unidades de instalação .....	30
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADLRA – Arquivo Distrital de Leiria

AHMLRA – Arquivo Histórico Municipal de Leiria

CMLRA – Câmara Municipal de Leiria

JTMR – Junta de Turismo de Monte Real



## Introdução

Durante o percurso académico do segundo ciclo do mestrado em Ciências da Informação e Documentação variante de Arquivo, especificamente na componente letiva, fomos adquirindo conhecimentos teóricos de organização, descrição e comunicação de documentos e informação, bem como as variantes associadas como são as novas tecnologias, a preservação e conservação de entre outras disciplinas.

Aprendemos que é importante termos bem presentes estes conhecimentos para no desempenho das nossas funções, implementarmos medidas que venham valorizar a informação.

O objetivo deste trabalho consiste no tratamento de documentação, nomeadamente a sua organização e descrição. Pretende-se ainda uma reflexão sobre a divulgação da informação, com a finalidade de valorizar este património Arquivístico.

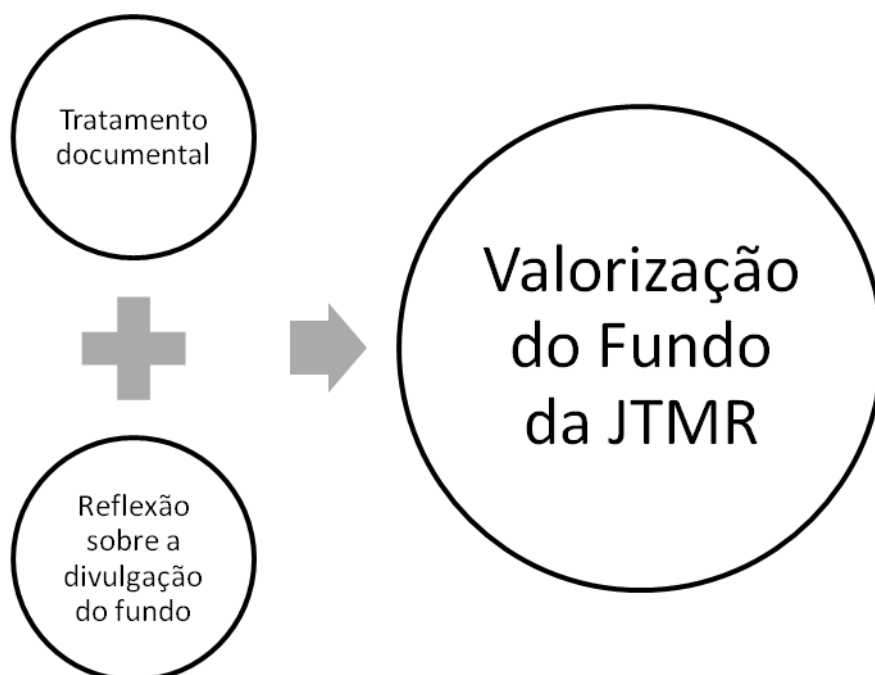


Ilustração 1 esquema representativo do relatório

Tendo por base esta premissa, reconhecida como um fator a desenvolver no Arquivo Histórico Municipal de Leiria, onde desempenho funções, este trabalho vem

enquadrar e sensibilizar os agentes decisores para repensar a gestão arquivística que vem sendo realizada quanto a divulgação e valorização da informação.

Face ao objetivo proposto foi necessário identificar de entre os fundos pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal, aquele que não tivesse sofrido qualquer intervenção e a escolha recaiu sobre a documentação oriunda Junta de Turismo de Monte Real (JTMR).

Esta documentação encontra-se localizada num espaço comum, depósito do Arquivo Histórico Municipal e da Biblioteca Municipal, tendo uma dimensão aproximadamente de 5 metros lineares de documentos, acondicionados em unidades de instalação.

Numa primeira pesquisa foi detetada a existência de uma descrição arquivística no Arquivo Distrital de Leiria (ADLRA) sobre este fundo documental, pelo que houve a necessidade de consultar e verificar essa documentação. No resultado desta análise concluímos que estávamos perante informação relacionada sobre a mesma entidade produtora.

Dado que o objetivo do trabalho é também a valorização do património documental, a existência desta relação da documentação permitiu que iniciasse uma colaboração entre as duas entidades o Arquivo Histórico Municipal de Leiria (AHMLRA) e o ADLRA, nomeadamente ao nível de orientações técnicas na organização e descrição. Só assim foi possível reunir o máximo de informação sobre o objeto de estudo.

Numa primeira reunião foi elaborado um plano de trabalho que servisse de rumo no desenrolar do estágio, foram definidos os objetivos que passavam pela organização e descrição da documentação e a digitalização da documentação para possível integração em ambiente web (via digital), no Portal Português de Arquivos e posterior divulgação da documentação.

Durante o decorrer do trabalho de estágio, foi realizada recolha de dados face às identificações existentes nas unidades de instalação, possibilitando construir um quadro de classificação, que comunique com a documentação relacionada existente no ADLRA. Foi no decorrer destas atividades que surgirão interrogações ao nível do

princípio da proveniência e da ordem original que levaram a ter de realizar trabalho redobrado de pesquisa.

De uma forma geral este relatório traduzirá os momentos que foram passados ao longo do estágio e iniciará com o tratamento da documentação, do qual foi necessário realizar um estudo à entidade produtora, e a análise à documentação produzida no âmbito da sua atividade. Num segundo momento é identificado a entidade produtora e as suas relações institucionais.

Na segunda parte irá abordar o trabalho do estágio com a identificação dos objetivos, metodologia, tarefas desenvolvidas e apresentação de proposta de comunicação e valorização da informação, por último a terceira parte irá refletir sobre a importância da informação e a forma de a divulgar.

A estrutura do presente trabalho assenta numa primeira fase baseada no tratamento documental através da organização e descrição, numa segunda fase centrada na reflexão sobre a divulgação da informação e culminando com as conclusões.

## **1 – Tratamento documental**

### **Objeto de estudo**

O objeto de estudo centrou-se na documentação produzida pela Junta de Turismo de Monte Real, que se encontra na posse do AHMLRA, por não ter existido conhecimento que qualquer intervenção técnica de organização e descrição. Daqui ter surgido esta proposta de estágio ao nível do tratamento técnico arquivístico, e posteriormente tornar a documentação acessível e também complementar o trabalho já realizado pelo ADLRA.

Pretende-se também, refletir sobre a valorização do património arquivístico, potenciando o interesse em públicos-alvo, nomeadamente investigadores na área da saúde, do termalismo, do turismo, estendendo à comunidade local beneficiada pelo desenvolvimento destas atividades.

### **Metodologia**

A metodologia definida juntamente com a coordenadora Local de estágio, teve como necessidade inicial a aproximação com a documentação, pelo que foi transferida temporariamente para as instalações do Arquivo Distrital, onde se realizou o estágio. Numa primeira fase sentiu-se a necessidade de pesquisar sobre a estrutura e funcionamento legal desta Instituição, bem como as que se sucedem hierarquicamente que é o caso da Comissão Municipal de Turismo, bem como outras Juntas de Turismo e ainda a dependência em relação ao poder governativo através das suas unidades orgânicas com influência no Turismo.

Numa segunda fase foi realizado uma recolha de dados de Unidades de Instalação e documentos existentes com o auxílio de uma tabela Excel, sendo posteriormente trabalhada e organizada para se iniciar o trabalho de descrição arquivística ao nível da série documental de acordo com as normas de descrição ISAD(G) - General International Standard Archival Description e as ODA - Orientações para a Descrição Arquivística, com a intenção incluir esta informação no Portal Português de Arquivos.

Dado que esta fase foi muito morosa e não obstante os problemas existentes na criação de um ponto de acesso ao nível do utilizador para fazer registo informático no programa Digitarq, bem como a autorização para captura e disponibilidade online das imagens, a etapa seguinte da digitalização não foi verdadeiramente conseguida conforme o proposto que seria, numa primeira etapa, a documentação em risco de perda de conteúdo e também à documentação cujo conteúdo seja relevante para o património arquivístico, nomeadamente: atas da instituição e plantas arquitetónicas.

No entanto com a ajuda dos técnicos e utilizando o equipamento de captura de imagem do Arquivo Distrital de Leiria foi possível realizar algumas capturas de imagens no sentido de perceber procedimentos utilizados nesta tarefa e a forma de disponibilização em formato Web. Assim não podendo cumprir esta fase, houve o interesse em inteirar-me sobre o procedimento, para num momento posterior ser apresentada proposta ao Município de Leiria a necessidade premente em concluir esta fase de valorização da informação da Junta de Turismo de Monte Real.

## **Objetivos**

Os objetivos do trabalho e de acordo com o proposto no plano de trabalho apresentado e aprovado, são os seguintes:

- Organizar e descrever o fundo da Junta de Turismo de Monte Real
- Digitalizar documentos e disponibilizar os objetos digitais decorrentes dessa operação, em ambiente web (via digitArq), no Portal Português de Arquivos.
- Refletir sobre a valorização da informação turística como contributo para o desenvolvimento cultural da região e afirmação no contexto nacional no que respeita ao Turismo.

Para o efeito, foi desenvolvido o seguinte

## **Cronograma:**

1.ª Fase: (1ª e 2.ª semana)

- Organização: Estudo do contexto de produção; recolhendo elementos das unidades de instalação e documentos; proposta de quadro de classificação.

## 2.ª Fase (3.ª e 4.ª semana)

- Tratamento: Descrição arquivística utilizando o programa informático DIGITARQ

## 3.ª Fase (5.ª e 6.ª semana)

- Preservação: Propor a digitalização da documentação mais importante

Posteriormente a realização foi realizada a reflexão sobre algumas experiências de divulgação de informação e aplicação ao fundo JTMR

### 1.1 - Estudo do produtor

A Junta de Turismo de Monte Real foi criada por Decreto n.º 30263 de 10 de Janeiro de 1940 em resultado da criação de uma zona de turismo em Monte Real, com sede na povoação abrangendo toda a área da freguesia, sob proposta da Câmara Municipal de Leiria, com despacho favorável do Conselho Nacional de Turismo. Dependente da Câmara Municipal, na sua primeira ata do dia 20 de Junho de 1940, foi declarado pelo Presidente da referida Câmara, João Teles Sampaio Rio, que no orçamento suplementar do ano 1940, dotaria a Junta com uma verba para poder começar a funcionar com carácter normal.

A extinção das Juntas de Turismo vem publicada em diário da república, no número 1, da base IX, da lei número 2082 de 4 de Junho de 1956 com a criação das Regiões de Turismo, que se transcreve:

“1 – As Regiões de Turismo são administradas por comissões regionais de turismo e nelas deixarão de existir juntas de turismo ou comissões municipais de turismo.”

Podemos então concluir que a JTMR foi extinta a quando da criação da Região de Turismo de Leiria, por decreto n.º 41526 de 7 de Fevereiro de 1958, no entanto ainda encontramos alguma documentação produzida após a entrada em vigor do referido decreto.

Tendo por base os critérios de Duchein (1992)<sup>1</sup>, a documentação deste produtor, sobre a qual incidiu o estágio, constitui o fundo da JTMR, dado que a entidade possui, nome e existência jurídica, dotado de orçamento próprio, constituído por Presidente e quatro vogais e um administrador. Tendo por atribuições a promoção do turismo dentro da área da Freguesia de Monte Real. De uma forma geral, promovia o relacionamento com instituições de âmbito nacional e algumas internacionais, quer sejam as Comissões de Turismos Municipais, as Juntas de Turismo, Escolas, Comunicação Social, Entidades Governamentais relacionadas com o Turismo, havendo também correspondência a divulgar o turismo local direccionada para alguns consulados nomeadamente de França e Brasil.

---

<sup>1</sup> DUCHEIN, Michel - Le Respect des fonds en Archivistique : principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des Archives*. Paris. 2:97 (1977) 71-96

Todas estas atividades comprovadas pela produção de informação e que da qual desconhecem-se referências quanto a datas de transferência da sua documentação no AHLRA, bem como a guias de transferência para o AHMLRA. Tem a dimensão de 5 metros lineares constituído por documentos acondicionados em unidades de instalação e em maços, algumas destas unidades de instalação apresentam excesso de lotação e elementos metálicos como clips, agrames e argolas que com o estado avançado de degradação provoca perda de legibilidade e consequentemente risco de perda de informação.



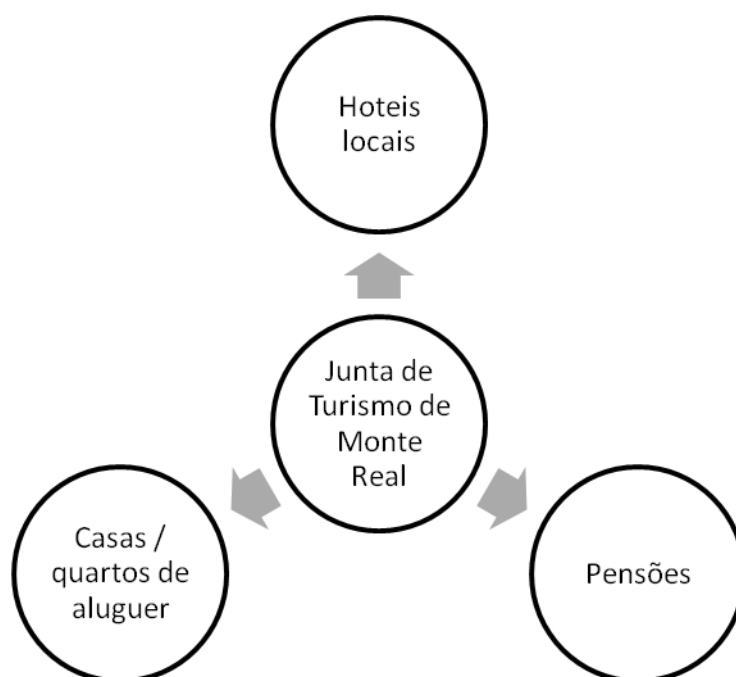
## **1.2 - Caracterização do fundo**

O fundo da Junta de Turismo de Monte Real como anteriormente foi referido é constituído por documentação de carácter administrativo sobre correspondência, despesa e receita, projetos de melhoramento de edifícios, relações de hotéis, pensões e casas de aluguer e atas das reuniões da Junta de Turismo.

Através da documentação e de uma leitura cuidada, foi possível retirar alguns indicadores que comprovam a importância que o turismo teve para o desenvolvimento local, quer através da contratação temporária de trabalhadores com tarefas de limpeza e arranjo dos espaços públicos, organização de feiras de produtos regionais, organização de festas culturais, divulgação e promoção junto da população das qualidades e benefícios das águas termais através de jornais nacionais, emissão de pareceres relacionados com o ordenamento do território e pedidos de licenciamento de obras.

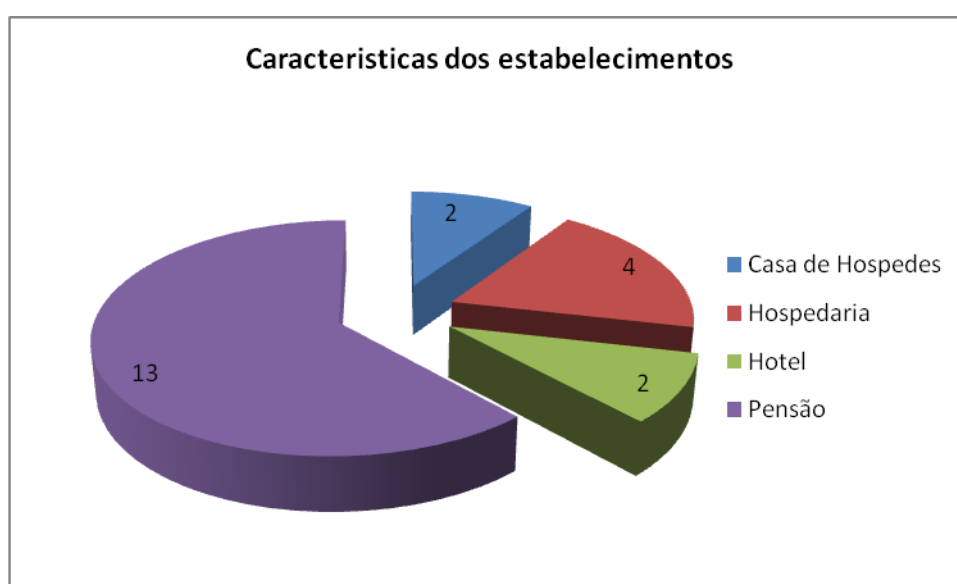
Nesta ligação, que podemos considerar de intermediária com entidades destacam-se as relações que a JTMR tinha com as instituições locais de alojamento turísticas, recebendo as sugestões e reclamações para o contributo de melhorias no conforto e acolhimento aos turistas ao nível de equipamentos públicos, de eventos, bem como o apoio na divulgação.

Por curiosidade, durante anos de 40 a cota de carne que abastecia estas unidades turísticas era reduzida e frequentemente encontramos documentação recebida por parte destas estâncias a solicitar que a JTMR exercesse pressão junto do Município de Leiria e do CNT para um aumento da cota de carne, nos períodos de maior frequência de turistas.



**Ilustração 2** Ligação entre Junta de Turismo de Monte Real e os tipos de alojamentos

Com a criação da JTMR, houve a necessidade de proceder ao recenseamento de alojamentos disponíveis na Freguesia de Monte Real, tendo sido identificada grande oferta quer por parte de instituições, quer por parte de particulares, foi possível apurar que na década de 40 existiam 21 unidades hoteleiras, classificadas por casa de hóspedes, hospedaria, Hotéis e Pensões. No que respeita a estabelecimentos particulares foram recenseadas 84 casas de aluguer das quais existiam 234 quartos disponíveis.

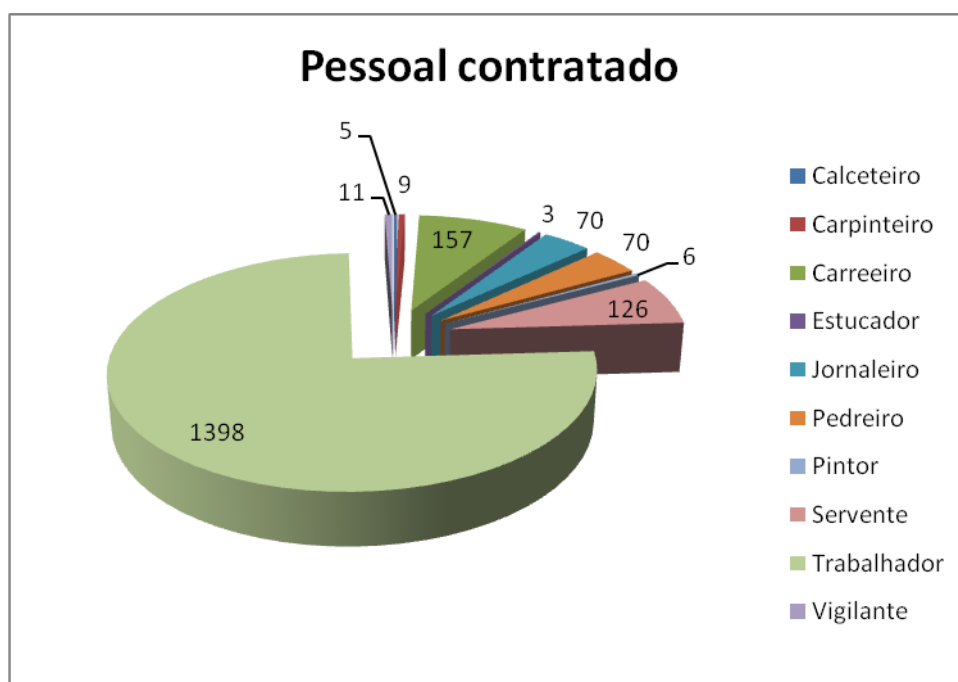


**Gráfico 1** Distribuição das unidades hoteleiras na documentação

Durante o percurso de existência da JTMR foi possível detetar alguns pedidos destas unidades a solicitar vistoria para aumentar o nível da classificação de pensão para hotel e de casa de aluguer para pensão.

Outro indicador relevante no cumprimento das funções da JTMR, nomeadamente de embelezamento, limpeza, pequenas obras de melhoria era a contratação temporária de pessoal especializado.

Os contratos dependiam de acordo com as funções e podiam ter duração de 15 dias a 3 meses, esta informação foi recolhida nas folhas de pagamentos com pessoal e pela quantidade de funcionários envolvidos permite deduzir a preocupação da JTMR em manter a vila embelezada e acolhedora, promovendo também algum desenvolvimento económico e social.



**Gráfico 2** Quantidade pessoal contratado por especialidade durante a existência da JTMR

Ao nível do posicionamento institucional, através da correspondência recebida, podemos concluir que a JTMR mantinha boas relações quer com as instituições tutelares, quer com as unidades hoteleiras como já vimos.

Toda esta análise, permite justificar no âmbito da descrição as entidades relacionadas e que por complementaridade possam possuir informação inerente à JTMR, falamos da CMLRA no âmbito das propostas de melhoria de espaços públicos,

como arranjos de ruas e largos e licenciamento de obras, do Secretariado Nacional de Informação pelas funções de promoção e divulgação turística nacional.

Podemos até estender às instituições privadas, nomeadamente jornais locais e nacionais para divulgação e promoção turística, ligação junto da população/turistas para informações e reservas de estadias.

Face a esta análise, levantou-se a questão sobre a relação existente entre a JTMR com as Comissões de Turismo, as Juntas de Turismo, nacionais uma vez que foi detetada comunicações entre elas. Por uma questão de tempo, não foi possível analisar o conteúdo da documentação, pelo que seria um ponto importante aferir o nível de relação com base na partilha de preocupações de âmbito promocional, de funções ou então se seria apenas de conhecimento de atividades realizadas.

Esta proposta de análise à ligação com as Juntas de Turismo, Comissões Municipais de Turismo poderia tornar-se num fator importante de divulgação do fundo da JTMR, bem como acrescentar mais uma análise às importâncias que as Juntas de Turismo tiveram na promoção turística e valorização do património nas décadas de 40 e 50 na história do Turismo em Portugal

### **1.3 – Relações Institucionais**

Conforme referido anteriormente a primeira etapa foi a recolher à constituição das instituições que de forma direta estariam relacionadas com a Junta de Turismo de Monte Real. Face a isto houve a necessidade de recorrer a legislação, bem como a informação descrita em nomeadamente em repositórios a fim de caracterizar melhor o Fundo e o contexto de produção de informação. Neste sentido recorrendo à pesquisa no Digitalq e consulta em Diários do Governo, conseguiu-se recolher informação que demonstra a relação entre as Organizações num contexto de comunicação vertical e horizontal.

Como verificámos a JTMR foi criada em 1940, por proposta da Câmara Municipal de Leiria, tendo como área de intervenção a Freguesia de Monte Real, a restante área do concelho de Leiria estaria sobre responsabilidade da Comissão Municipal de Turismo de Leiria. Estas duas Entidades foram extintas em 1958, para dar lugar a Comissão Regional de Turismo de Leiria.

Anteriormente a estas duas entidades, existiu uma outra entidade com o nome de Comissão de Iniciativa e Turismo, não tendo sido possível apurar dados concretos, pelo que no futuro poderá ser mais um fator de análise importante para a história do Turismo na Região de Leiria.

Num contexto nacional a criação da JTMR coincide com a integração do Conselho Nacional de Turismo no Secretariado de Propaganda Nacional, que com a reorganização operada em 1944, passou a designar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Dado que o Turismo foi considerado pelo Estado Novo, como matéria privilegiada de promoção e propaganda do regime.

Podemos verificar nas ilustrações seguinte o esquema que elucida quanto ao enquadramento da JTMR com Instituições nacionais e locais com funções na área do turismo

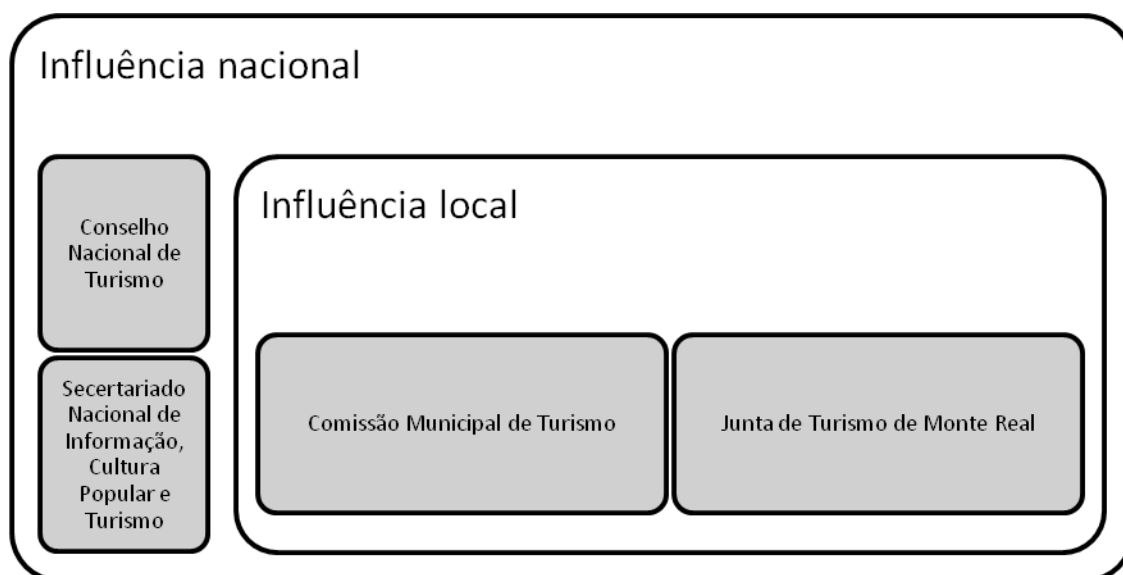


Ilustração 3 relação de influência na primeira década (1940) da criação da Junta de Turismo de Monte Real

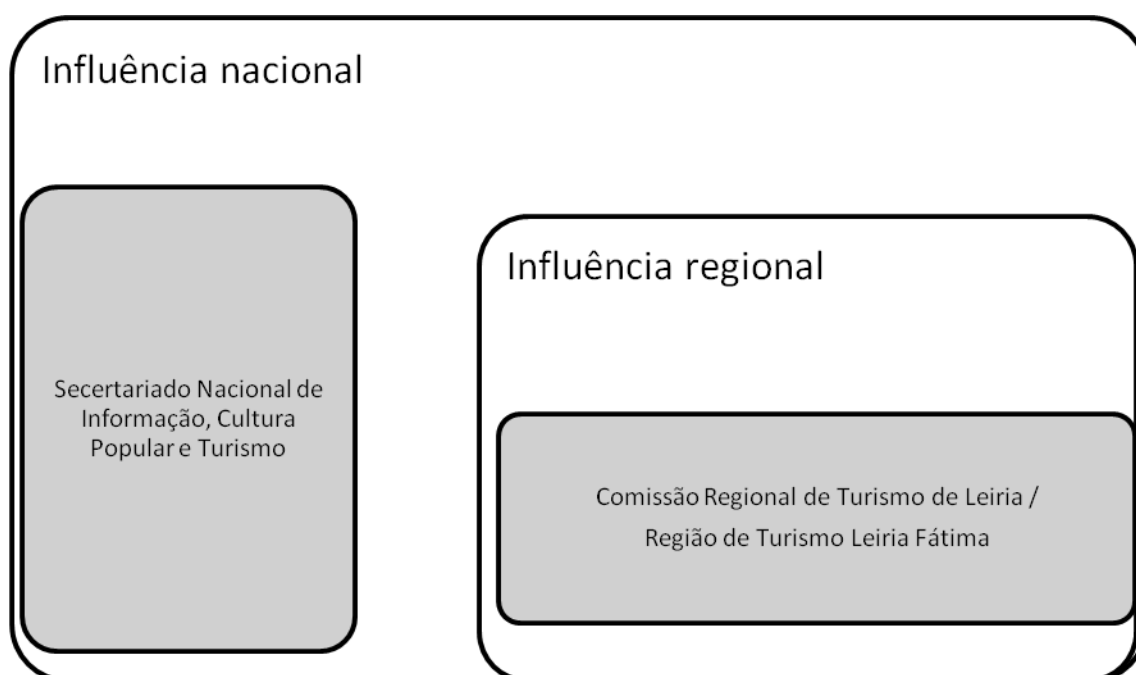


Ilustração 4 relação de influência após a extinção da Junta de Turismo de Monte Real e da Comissão Municipal de Turismo de Leiria em 1958

### **1.3.1 – Entidades Tutelares**

No decorrer da recolha de informação na documentação, foi possível verificar que a JTMR elaborava o relatório de atividades e proposta de orçamento remetendo numa primeira fase para o Conselho Nacional de Turismo e com a reorganização realizada em 1944 para o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo com vista da promoção e propaganda.

#### **Conselho Nacional de Turismo**

Entidade que aprovou a criação da Junta de Turismo de Monte Real em 10 de Janeiro de 1940 e que foi integrada no Secretariado de Propaganda Nacional.

“Em 1911, foi criada uma Repartição de Turismo na Secretaria Geral do Ministério do Fomento, que transitou em 1919 para a tutela do Ministério do Comércio e Comunicações.

Em 1927 o desenvolvimento do turismo passou a ser uma competência do Ministério do Interior, onde funcionaram, sucessivamente, a Repartição de Jogos e Turismo e, a partir de 1929, o Conselho Nacional de Turismo. Este organismo foi mantido sob a tutela do Ministério do Interior, até à sua integração em 1940 no Secretariado de Propaganda Nacional, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros.”<sup>2</sup>

#### **Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo**

“A partir de 1939, o Secretariado de Propaganda Nacional recebeu as competências do Ministério do Interior em matéria de turismo, considerado um instrumento privilegiado de promoção e propaganda do regime e em 1940 integrou o Conselho Nacional de Turismo. No ano seguinte, o Secretariado de Propaganda Nacional começou também a registar as informações relativas à atividade desenvolvida por jornalistas estrangeiros, em Portugal.

Como consequência da reorganização dos serviços do Secretariado de Propaganda Nacional, operada em 1944, o novo organismo, designado por Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, concentrou os Serviços de Turismo, os Serviços de Imprensa, a Inspeção dos Espetáculos, que

---

<sup>2</sup> <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3895792>

incluíam o exercício da censura, os Serviços de Exposições Nacionais e os Serviços de Radiodifusão.<sup>3</sup>

### **1.3.2 – Instituições locais**

No contexto local, e com a criação da JTMR, passaram a existir no concelho de Leiria, duas instituições com o papel de promoção turística o caso da Junta de Turismo de Monte Real abrangendo a área da freguesia e a Comissão Municipal de Turismo abrangendo a restante área do concelho.

#### **Junta de Turismo de Monte Real**

De acordo com a descrição que nos é apresentada e que está acessível, concluímos que é graças às termas e ao seu aumento dos seus utilizadores que provocaram desenvolvimento turístico, é proposto pela Câmara a criação de uma zona de turismo. Esta estrutura, ao contrário do que se julga não dependia da Comissão Municipal de Turismo, tanto que o Município contemplava em orçamento verbas em separado.

“A Junta de Turismo de Monte Real foi criada por Decreto nº 30263 de 10 de Janeiro de 1940 em resultado da criação de uma zona de turismo em Monte Real, com sede nesta povoação abrangendo toda a área da freguesia, sob proposta da Câmara Municipal de Leiria, com despacho favorável do Conselho Nacional de Turismo.

Dependente da Câmara Municipal de Leiria, na sua primeira ata do dia 20 de Junho de 1940, foi declarado pelo Presidente da referida Câmara, João Teles Sampaio Rio, que no orçamento suplementar do ano de 1940, dotaria a Junta com um verba para poder começar a funcionar com carácter normal.”<sup>4</sup>

#### **Comissão Municipal de Turismo**

A documentação desta Comissão ainda não se encontra tratada arquivisticamente, está na posse do Município de Leiria, sendo que a mais valia deste trabalho de estágio é a possibilidade de continuidade, ou seja, é intenção propor o respetivo tratamento bem como a o tratamento da documentação da Comissão de

---

<sup>3</sup> <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4314203>

<sup>4</sup> <http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1018853>



Iniciativa e Turismo. Por este motivo a informação para identificar a origem destas duas Comissões não foi muito elucidativa, recorreu-se a pesquisa nas Atas das sessões da Câmara, em publicações e o que se conseguiu apurar foi:

- 1925 existia uma Comissão Municipal de Turismo
- 1936 é extinta a Comissão de Iniciativa e Turismo
- 1938 Inicia uma nova Comissão Municipal de Turismo

Com esta análise, seria importante no futuro ser elaborado um estudo às entidades locais com competências na área do Turismo, este trabalho permitiria perceber a evolução do turismo no Concelho de Leiria.

### **Comissão Regional de Turismo de Leiria / Região de Turismo de Leiria Fátima**

A Comissão Regional de Turismo de Leiria foi criada pelo Decreto-lei nº. 41526 de 7 de Novembro de 1958, sendo por esta altura extintas a Comissão Municipal de Turismo e a Junta de Turismo de Monte Real, no entanto estas extinções não foram pacíficas a um atraso para iniciar funções que aconteceu em 2 de Junho de 1961 por portaria nº 18504.

Tinha como abrangência os concelhos de Batalha, Marinha Grande, Porto de Mós, Vila Nova de Ourém e Leiria, onde funcionava a sua sede, tendo por objetivo criar, nos locais onde o motivo de interesse turístico e o próprio movimento de turista o justificasse, postos de informação, dotando-os de funcionários, de preferência, com conhecimentos da região e das línguas francesa e inglesa.

“A sua influência geográfica sofreu igualmente várias alterações. Em 1980 integra o concelho de Pombal, através do Decreto Regulamentar nº 27/80 de 10 de Julho. Também por Decreto Regulamentar nº 13/81 de 7 de Abril é integrado o concelho de Alcobaça. E em 1996, por Decreto-Lei nº 12/96 de 29 de Fevereiro passa a fazer parte o concelho da Nazaré.

Em 19 de Março de 1998 foi deliberado, por unanimidade da sua Comissão Executiva e Comissão Regional, designar-se Região de Turismo Leiria/Fátima, estabelecido por Decreto-Lei nº 346/98 de 9 de Novembro.

Por Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril, é estabelecido o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, resulta na extinção da referida Região de Turismo.

Desde 10 de Abril está em vigor uma Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo a criar para o Pólo de Desenvolvimento Turístico de Leiria-Fátima. A Portaria nº 1152/2008 de 13 de Outubro estabelece os seus estatutos passando a designar-se Turismo de Leiria-Fátima.”<sup>5</sup>

No contexto Nacional a área Turismo teve na dependência orgânica de duas entidades, no período de existência do Junta de Turismo de Monte Real, o Conselho Nacional de Turismo que aprovou a proposta da Câmara Municipal de Leiria para a criação da Junta de Turismo de Monte Real, e o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo que dependia do Secretariado Nacional de Informação, era característica destas entidades:

---

<sup>5</sup> <http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1034912>

#### 1.4 - Recolha de dados

Seguindo o plano de trabalho, ainda dentro desta fase, procedeu-se a recolha de dados através dos assuntos e tipologias documentais que estavam identificados nas lombadas das unidades de instalação. Foi elaborada uma tabela de Excel onde era atribuído um número de ordem e era mencionado o título do assunto, a quantidade, a característica da unidade de instalação, as datas extremas dessa unidade de instalação, bem como um campo de observações onde eram registadas notas e dúvidas que permitissem ajudar na organização e descrição. Este campo justifica-se pela necessidade premente de observar a documentação existente nas unidades de instalação, se esta coincidia com o título mencionado na caixa, pasta, ou livro.

Em seguida é apresentada a tabela adaptada do levantamento efetuado, no que respeita à documentação da posse do Município de Leiria.

<b>N.º Ordem</b>	<b>Título dos assuntos</b>	<b>Qtd</b>	<b>UI</b>	<b>Datas Extremas</b>	
1	Atas	3	Lv	1940	1957
2	Editais	1	Pt	1942	
3	Atas da Junta de Turismo de S. Martinho do Porto	1	Lv	1954	1958
4	Correspondência	17	Pt	1940	1961
5	Arrematações de Estrume recolhido na via pública	1	Mç	1945	1952
6	Corretores de hotéis e pensões (cadastro)	1	Pt	1941	1943
7	Declarações de casas para efeito de liquidação de imposto de Turismo	1	Lv	1962	
8	Documentos referentes à Cobrança de Terrado	1	Lv	1942	1946
9	Preçários dos Estabelecimentos Hoteleiros	1	Lv	1956	1959
10	Anulação de receita Virtual	1	Mç	1956	1960

11	Autorizações e folhas de pagamento e seus recibos	1	Pt	1941	1953
12	Contas correntes de todos os rendimentos virtuais liquidados, cobrados ou anulados	1	Lv	1943	1950
13	Contas de Gerência – Documentos de despesa	14	Pt	1940	1958
14	Débitos	1	Pt	1947	
15	Despesas	3	Lv	1944	1959
16	Documentos de despesa pagos	4	Pt	1940	1961
17	Faturas	2	Pt	1941	1964
18	Pagamento de vencimento e salários Pessoal contratado ou assalariado	2	Pt	1946	1959
19	Contas correntes com as despesas orçamentais (Mod.10)	1	Lv	1942	1959
20	Receitas arrecadadas mensalmente (Mod. 8A)	1	Lv	1944	1959
21	Registo diário de receitas	2	Lv	1941	1945
22	Mapa comparativo entre despesa orçada e paga	1	Mç	1944	1959
23	Mapas anexos à conta de gerência	1	Mç	1953	1961
24	Mapas comparativos de receita e despesa	1	Mç	1940	1967
25	Orçamentos	1	Pt	1942	1951
26	Pagamentos visados	2	Lv	1947	1961
27	Plano de atividades	1	Pt	1942	1961
28	Receita eventual	1	Pt	1942	1944
29	Registo de autorizações de pagamento	1	Mç	1942	1957
30	Relações de descarga liquidados	1	Mç	1957	1958

31	Termos de balanço	1	Mç	1953	1960
32	Registo de caixa	3	Lv	1942	1966
33	Registo de responsabilidade do tesoureiro	1	Lv	1943	1950
34	Arranjo do largo em frente da igreja e da sede de turismo e conclusão da pavimentação dos traços de arruamento que lhe dão acesso, Monte Real	1	Pt	1938	1938
35	Arranjo do miradouro das Rochas (Praia do Pedrógão)	1	Pt	1969	
36	Associação de Propaganda e defesa das belezas e costumes	1	Pt	1946	
37	Relação dos Proprietários convidados ao embelezamento dos seus haveres na zona urbanizada de Monte Real	1	Mç	1948	
38	Relação de casas de aluguer em Monte Real	1	Mç	s. d.	1958
39	Registo de Receitas	1	Lv	1941	
41	Conta Gerência	2	Mç	1941	1961
42	Piscina de Monte Real – Ante-Projecto	2	Mç.		
43	Escola primária de Monte Real : Muro de vedação	1	Mç.		
44	Projecto de modificação da entrada do Parque do Hotel das Termas (Aquitecto Camilo Korrodi)	1	Mç	1954	
45	Projecto Igreja de Monte Real : Muro de vedação	1	Mç.	1956	
46	Coleção de ofícios sobre problemas de abastecimento de energia elétrica a Monte Real	1	Mç.	1948	
47	Projecto de arranjo da sede da Junta de Freguesia de Monte Real	4	Mç.	1956	
48	Relação de talhões que a Câmara Municipal de Leiria possui para venda, na Colmeia, em Monte Real	1	Mç	1957	

49	Projecto de Instalação de um reclamo luminosos com os dizeres TURISMO	1	Mç	1961	
50	Projecto de arranjo da envolvência dos Paços da Rainha Santa Isabel, em Monte Real	1	Mç.	1965	
51	Mapas-quadro e relações da capitania do Porto de S. Martinho	1	Mç	1868	1977

**Tabela 1 – levantamento de assunto recolhido através das unidades de instalação**

No decorrer deste levantamento de informação, foi possível detetar alguma documentação que não tinha origem na atividade do produtor em causa, é o caso de Atas da Junta de Turismo de S. Martinho do Porto (N.º Ordem 3 e 51), documentação produzida após as datas de extinção da Junta de Turismo de Monte Real, esta situação provocou um ligeiro atraso nos prazos definidos, uma vez que foi necessário identificar a razão de existência neste fundo.

Após algumas análises aos documentos, bem como alguns investigadores locais, concluiu-se que em relação as Atas da Junta de Turismo de S. Martinho do Porto e aos Mapas-quadro e relações da capitania do Porto de S. Martinho, estes vieram transferidas para o Fundo da Região de Turismo de Leiria/Fátima a quando da integração do Concelho de Alcobaça nesta Região de Turismo conforme Decreto Regulamentar n.º 13/81 de 7 de Abril. Acontece que com a transferência periódica da documentação do produtor para o Arquivo Distrital, na altura sito no Edifício dos Paços do Concelho, junto com o Arquivo Municipal, estes documentos terão sido indevidamente acondicionado e armazenado.

No que respeita a documentação cuja produção é posterior a data de extinção da Junta de Turismo de Monte Real, ao analisar os documentos alguns identificados como Comissão Regional de Turismo, conclui-se que resultam da transição das funções de uma instituição para a outra, sendo que alguns processos iniciaram numa instituição e terminaram na outra.

À medida que os assuntos eram recolhidos as unidades de instalação eram reagrupadas pelos mesmos assuntos e seguidamente por data cronológica ascendente, para uma melhor organização.

Para a realização desta etapa recorreu-se aos documentos técnicos nomeadamente Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G)<sup>6</sup> e as Orientações para a Descrição Arquivística ODA<sup>7</sup>. Juntamente com as normas de descrição e com o modelo de quadro de classificação proposto pelo Dr. José Mariz<sup>8</sup> e adotado pelo Arquivo Municipal de Leiria para a organização documental que surge a proposta de organização do fundo da JTMR da seguinte forma:

F. – Junta de Turismo de Monte Real

A – Órgãos da Administração

A-A – Junta de Turismo de Monte Real

B – Serviços Administrativos

B-A – Expediente

C – Serviços Financeiros

C-A – Contabilidade

C-B - Tesouraria

D – Obras (licenciamento)

D-A – Edificações públicas

D-B – Rede viária

---

<sup>6</sup> ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª Ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

<sup>7</sup> Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – Orientações para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa:DGQAR, 2007

<sup>8</sup> 2.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais – Arquivos Municipais proposta de um quadro de classificação: Actas 23 a 25 de Novembro de 1988 / Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas – Lisboa, 1992 – 143p

## 1.5 - Descrição

No seguimento da etapa anterior da organização que permitiu realizar a estruturação física e intelectual dos documentos, segue-se a etapa da descrição com o objetivo de recuperar a informação sobre o contexto e o assunto dessa documentação.<sup>9</sup>

Contudo a organização intelectual só fica completa com a descrição dos documentos após o qual o fundo pode ser difundido e consultado., como referem Rafael António e Carlos Silva (2006) “a organização e a descrição, enquanto funções da Arquivística, caminham paralelamente, contribuindo, entre outros objetivos, para a difusão dos arquivos”<sup>10</sup>.

De acordo com a Norma Portuguesa 4041 a Descrição documental/arquivística é uma “Operação que consiste na representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias, através da sua referência e de outros elementos, nomeadamente os atinentes à sua génese e estrutura, assim como, sempre que for o caso, à produção documental que as tenha utilizado como fonte. A descrição arquivística tem como objetivo o controlo e/ou a comunicação dos documentos.”<sup>11</sup>.

No contexto internacional a preocupação por parte do Conselho Internacional de Arquivos, em normalizar a descrição arquivística ganha os seus frutos em 1994 com a primeira versão da ISAD(G) – General International Standard Archival Description, e mais tarde em 200 com a publicação da 2.ª.

A ISAD (G) define a descrição arquivística dos fundos como um todo, está estruturada num princípio hierárquico, no qual a descrição é feita em multinível. Há um conjunto de quatro regras fundamentais que devem ser aplicadas para estabelecer a relação hierárquica entre as descrições:

- Descrição do geral para o particular, relacionando hierarquicamente as partes e o todo

---

<sup>9</sup> ROE, Kathleen D. – Arranging & Describing: archives & manuscripts. Chicago: The Society of American Archivists, 2006.

<sup>10</sup> ANTÓNIO, Rafael; SILVA, Carlos Guardado da – Organização de arquivos definitivos: Manual ARQBA p. 14

<sup>11</sup> NP 4041: 2005, Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa: IPQ; CT7



- As informações devem ser apropriadas para o nível que está a ser descrito
- A relação entre descrições com identificação do respetivo nível
- A não repetição de informação em níveis diferentes de descrição.

A descrição permite garantir o acesso às informações constantes no conteúdo dos documentos, mediante critérios e regras próprias para servir de orientação à pesquisa e ao conhecimento.

No caso Português foram publicadas orientações para a descrição arquivística com objetivo principal “dotar a comunidade arquivística portuguesa de um instrumento de trabalho em consonância com as normas de descrição internacionais”<sup>12</sup>. Da adoção destas normas por parte da comunidade arquivística resultaram contributos para uma segunda versão, esta com o objetivo de “normalização de procedimentos em arquivo”<sup>13</sup>.

Estas orientações permitiram conjugar as normas nacionais, com as normas internacionais caso das ISAD(G) e a ISAAR (CPF) no que respeita as regras anteriormente abordadas e os princípios orientadores:

- “A descrição arquivística baseia-se no respeito pela proveniência e pela ordem original;
- A descrição arquivística é um reflexo da organização da documentação;
- A organização da documentação de arquivo estrutura-se em níveis hierárquicos, relacionados entre si;
- Os níveis de descrição são determinados pelos níveis de organização;
- A descrição arquivística aplica-se a toda a documentação de arquivo, independentemente da sua forma e suporte;
- A descrição arquivística aplica-se a todas as fases de vida da documentação de arquivo, podendo variar apenas os elementos de informação considerados na descrição, e a exaustividade com que são preenchidos;

---

<sup>12</sup> Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – Orientações para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa:DGQAR, 2007

<sup>13</sup> Idem

- A descrição arquivística aplica-se igualmente a toda a documentação de arquivo, independentemente de ser produzida por uma pessoa coletiva, uma pessoa singular ou por uma família;”<sup>14</sup>

Tendo presente as regras quer internacionais, quer nacionais bem como os princípios orientadores, que se prosseguiu para a fase da descrição, seguindo as orientações gerais e específicas mencionadas nas normas.

É nesta segunda fase que surge a questão relacionada com a Entidade detentora, sendo que tanto o ADLRA e o AHMLRA possuem documentação referente ao mesmo fundo, e aqui coloca-se a reflexão sobre princípio da proveniência, sendo o mesmo produtor não seria de equacionar a junção da documentação?

Neste caso, chegamos a conclusão de que para este trabalho seria melhor centrar atenções na documentação que esta na posse do AHMLRA, dado que não teríamos tempo para estudar o porquê de existir estes núcleos documentais sobre o mesmo produtor em Entidades diferentes. Esta análise e reflexão deverá ser tida como proposta resultante deste trabalho de estágio.

Assim, em conclusão foi iniciada a descrição centrada unicamente na documentação da JTMR, na posse do ARHMLRA, sendo que configuraria no campo Unidades de Instalação Relacionada a menção da relação completiva à documentação existente no ADLRA, e para tal recorreremos a definição existente nas Orientações para a Descrição Arquivística: “Completiva, quando a unidade de descrição relacionada faz parte de um mesmo e único conjunto que é descrita, ou seja, quando têm a mesma proveniência mas, por qualquer motivo, foram separadas. Estas situações podem dever-se a diferentes causas, como uma história custodial acidentada, ou ao facto de a transferência da documentação para a entidade detentora ou para o serviço de arquivo não ter sido feita na totalidade.” Que estivesse na posse do ADLRA

Definidas estas questões iniciais procedeu-se à descrição da documentação até ao nível das séries documentais, face a aplicação do quadro de classificação adotado através do software DIGITARQ:

---

<sup>14</sup> Idem

**Nível de descrição:** Fundo

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR

**Título:** Junta de Turismo de Monte Real

**Datas de produção:** 1940-1958

**Dimensão e suporte:** 97 u.i. (22 liv., 26 mç., 49 pt.); papel.

**História administrativa:** A Junta de Turismo de Monte Real teve a sua atividade entre os anos de 1940 e 1958, a sua origem surge por proposta da Câmara Municipal com despacho favorável do Conselho Nacional de Turismo e publicada em Diário do Governo, decreto n.º 30263 de 10 de Janeiro de 1940 e a sua extinção publicada em decreto n.º 41526 de 7 de Fevereiro de 1958, com a criação da Região de Turismo de Leiria, conjugado com o n.º 1, da base IX, da Lei n.º 2082 de 4 de Junho de 1956.

Era constituída por um Presidente e quatro vogais, sendo que destes era eleito um administrador com funções diretas no contato com as entidades locais.

**História custodial e arquivística:** Desconhece-se a história custodial e arquivística desta documentação

**Fonte Imediata de Aquisição:** Desconhece-se a data de transferência para o Arquivo Municipal de Leiria.

**Âmbito e conteúdo:** Inclui documentação sobre gestão administrativa, financeira e pessoal, planeamento urbano.

**Sistema de organização:** A organização do fundo está agrupada em temas de acordo com a classificação, e dentro destas por ordem sequência cronológica.

**Características físicas e requisitos técnicos:** N/A

**Instrumentos de descrição:** Não aplicável

**Unidades de descrição relacionadas:**

Relação completa: Portugal, Arquivo Distrital de Leiria, Junta de Turismos de Monte Real (f)

**Notas:** Maioria da documentação encontra-se acondicionada em unidades de instalação, nomeadamente pastas e maços.

**Regras ou convenções:** ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: Adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; trad. de Grupo de de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa : IANTT, 2004. ISBN 972-8107-69-2

Direção Geral de Arquivos. Programa de Normalização da Descrição em arquivo - Orientações para a descrição arquivística. 2ª v. Lisboa DGARQ, 2007. 325 p. ISBN 978-972-8107-91-8

**Data da descrição:** Elaboração Maio de 2012; 1.ª Outubro de 2012.

PT, AHML, Junta de Turismo de Monte Real

**Nível de descrição:** Secção

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/A

**Título:** Órgãos da Administração

**Datas de produção:** 1940-1961

**Dimensão e suporte:** 3 liv., 3 pt

**Âmbito e conteúdo:** Reúne as séries relativas à gestão e promoção turística da Junta de Turismo de Monte Real que se traduzem em documentos das séries atas de reuniões da Administração, editais, planos de atividades e orçamento.

**Nível de descrição:** Secção

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/B

**Título:** Serviços Administrativos

**Datas de produção:** 1940-1959

**Dimensão e suporte:** 1 Lv, 18 Pt, 4 Mç.

**Âmbito e conteúdo:** Reúne as séries relativas a gestão de expediente da Junta de Turismo de Monte Real que se traduzem em documentos das séries correspondência, preçários dos estabelecimentos hoteleiros, relação dos proprietários convidados ao embelezamento dos seus haveres na zona urbanizada de Monte Real, relação de casas de aluguer em Monte Real, coleção de ofícios sobre problemas de abastecimento de energia elétrica a Monte Real e relação de talhões que a Câmara Municipal de Leiria possui para venda, na Colmeia, em Monte Real.

**Nível de descrição:** Secção

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C

**Título:** Serviços Financeiros

**Datas de produção:** 1940-1967

**Dimensão e suporte:** 17 Lv, 26 pt, 10 Mç.

**Âmbito e conteúdo:** Reúne as séries relativas a gestão da Tesouraria e Contabilidade da Junta de Turismo de Monte Real que se traduzem em documentos das séries arrematações de estrume recolhido na via pública, corretores de hotéis e pensões (cadastro), declarações de casas para efeito de liquidação de imposto de turismo, documentos referentes à cobrança de terrado, anulação de receita virtual, autorizações e folhas de pagamento e seus recibos, contas correntes de todos os rendimentos virtuais liquidados, cobrados ou anulados, contas de gerência – documentos de despesa, débitos, despesas, documentos de despesa pagos, faturas, pessoal contratado ou assalariado, contas correntes com as despesas orçamentais (Mod.10), receitas arrecadadas mensalmente (Mod. 8A), registo diário de receitas, mapa comparativo entre despesa orçada e paga, mapas anexos à conta de gerência, mapas comparativos de receita e despesa, pagamentos visados, receita eventual, registo de autorizações de pagamento, relações de descarga liquidados, termos de balanço, registo de caixa, registo de responsabilidade do tesoureiro, registo de receitas, conta Gerência

**Nível de descrição:** Secção

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/D

**Título:** Obras

**Datas de produção:** 1940-1957

**Dimensão e suporte:** 2 Pt, 11 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Reúne as séries relativas a gestão de edificações públicas e rede viária da freguesia de Monte Real que se traduzem em documentos

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/A-A/01

**Título:** Atas

**Datas de produção:** 1940-1944

**Dimensão e suporte:** 3 Lv

**Âmbito e conteúdo:** Documentação relativa apresentação, discussão e votação na reunião da administração, referente a pagamentos de bens e serviços, abertura de correspondência, contratação temporário de pessoal e apreciação de obras públicas e privadas na área da freguesia.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/A-A/02

**Título:** Editais

**Datas de produção:** 1942-1942

**Dimensão e suporte:** 1 Pt

**Âmbito e conteúdo:** Documentação a solicitar aos proprietários a limpeza, reparações e pinturas de paredes que confinem com a via pública

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/A-A/03

**Título:** Plano de Atividades e Orçamento

**Datas de produção:** 1942-1961

**Dimensão e suporte:** 2 Pt

**Âmbito e conteúdo:** Documentação relativa ao resumo de atividades e previsão de despesa e receita, no âmbito da promoção e divulgação do turismo de Monte Real, através da realização de festivais, despesa em pequenas reparações e limpezas de espaços públicos, recenseamento e dados estatísticos de turistas e alojamentos.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/B-A/01

**Título:** Correspondência recebida/expedida

**Datas de produção:** 1940-1961

**Dimensão e suporte:** 1 Lv, 18 Pt, 4 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Contém cartas e ofícios recebidos sobre pedidos de contactos de alojamento, divulgação peças de companhias de circo e teatro e pedidos de informação quanto a análise de água das termas, água dos poços destinados aos estabelecimentos hoteleiros. Esta série contém ainda cópia de ofícios expedidos.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C-A/01

**Título:** Anulação de pagamento

**Datas de produção:** 1941-1961

**Dimensão e suporte:** 2 Lv, 1 Pt,

**Âmbito e conteúdo:** Documentação referente a pequenas obras de reparação de via pública e a falta de divulgação em jornais.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C-A/02

**Título:** Contas de Gerência

**Datas de produção:** 1940-1967

**Dimensão e suporte:** 14 Pt, 4 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Documentação que relaciona as despesas efetuadas com pessoal, material e serviços nomeadamente de impressão, com as receitas arrecadadas com os impostos de turismo, bem como as transferências de dinheiro vindas do orçamento da Câmara Municipal de Leiria.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C-A/03

**Título:** Despesas correntes

**Datas de produção:** 1940-1964

**Dimensão e suporte:** 5 Lv, 6 Pt, 1 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Documentação referente à discriminação por rubricas de todas as despesas realizadas pela Junta de Turismo de Monte Real com fornecedores.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C-A/04

**Título:** Despesas com pessoal

**Datas de produção:** 1946-1959

**Dimensão e suporte:** 2 Pt,



**Âmbito e conteúdo:** Documentação relativa a despesas com o pagamento semanal, quinzenal e mensal ao pessoal contratado temporariamente.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C-A/05

**Título:** Registo de receitas diversas

**Datas de produção:** 1941-1960

**Dimensão e suporte:** 6 Lv, 2 Pt, 4 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Documentação referente a receita relacionada com a arrematação de azeitonas e estrume recolhido na via pública.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/C-B/01

**Título:** Registo de caixa

**Datas de produção:** 1942-1966

**Dimensão e suporte:** 4 Lv, 1 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Documentação referente a pagamentos ao tesoureiro.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/D-A/01

**Título:** Edificações Públicas

**Datas de produção:** 1954-1969

**Dimensão e suporte:** 1 Pt, 10 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Documentação relativa aos projetos de arranjo do miradouro das Rochas (Praia do Pedrógão), anteprojecto das piscinas de Monte Real, escola primária de Monte Real: muro de vedação, projecto de modificação da entrada

do parque do Hotel das Termas (Arquiteto Camilo Korrodi), projecto Igreja de Monte Real: muro de vedação, projeto de arranjo da sede da Junta de Freguesia de Monte Real, projeto de Instalação de um reclamo luminosos com os dizeres TURISMO.

**Nível de descrição:** Série

**Código de referência:** PT/AHMLRA/JTMR/D-B/02

**Título:** Rede viária

**Datas de produção:** 1938-1965

**Dimensão e suporte:** 1 Pt, 1 Mç

**Âmbito e conteúdo:** Documentação relativa ao arranjo do largo em frente da igreja e da sede de turismo e conclusão da pavimentação dos traços de arruamento que lhe dão acesso, Monte Real, projeto de arranjo da envolvência dos Paços da Rainha Santa Isabel, em Monte Real.

Nesta segunda fase do trabalho de estágio, pode-se considerar que foi a que empregou mais esforço, e do qual foram retiradas algumas temas para reflexões de trabalhos futuros:

1. Reflexão sobre os princípios da arquivística e a sua aplicação ao caso concreto

Como vimos anteriormente a questão do princípio de proveniência e do princípio da ordem original é uma reflexão ter e assume importância mediante a congregação da documentação num espaço físico. Será que é viável manter a documentação dividida sendo que ao nível da descrição o utilizador identifica a entidade que tem de recorrer para ter acesso à informação. Desta reflexão podemos chegar a questão seguinte;

2. No caso de ser decidido agrupar a documentação num só espaço.

Dever-se-á encontrar a entidade que legalmente é detentora desta documentação. Contudo e no caso do AHLRA este suporta capacidade de garantir a melhor conservação da documentação, será que exista política de gestão documental que evita riscos para a documentação? Será que se a escolha recair no ADLRA, este tenha capacidade livre para armazenar esta documentação? Não estamos a falar de grandes dimensões, mas é preciso analisar estes fatores que condicionem o processo de transferência. Para isso é necessário avaliar

- a. Vantagens e desvantagens na necessidade de agrupar esta documentação.

A análise deve ter em conta o ponto de vista técnico nomeadamente capacidade de armazenamento, de divulgação do fundo nomeadamente através de disponibilização web de objetos digitais. Outro ponto de vista é, sem dúvida, na ótica do utilizador, sobre a dificuldade ou não em obter a informação.

Não é de mais referir a boa colaboração entre estas duas entidades Arquivo Distrital de Leiria e o Município de Leiria, no sentido de completar o tratamento arquivístico e disponibilizar os conteúdos ao cidadão de toda a documentação referente ao fundo da Junta de Turismo de Monte Real.

Uma vez que não sendo possível o investimento na aquisição do software de descrição arquivística por parte do Município de Leiria, esta colaboração poderá ser extremamente importante para futuras iniciativas na área do tratamento técnico de outros fundos documentais, para tal é de equacionar um protocolo de colaboração que contemple plano de trabalho, os fundos a descrever, captura ou não de objetos digitais, disponibilidade de acesso aos mesmos.

## 1.6 - Digitalização

Sendo proposto na última fase do plano de trabalho a captura de objetos digitais do fundo da JTMR, a opção pela digitalização de parte da documentação deste fundo tem como objetivo principal a divulgação e no futuro a possibilidade de integração no Portal Português de Arquivos, esta fase não foi inteiramente conseguida por questões de tempo.

No entanto foi solicitado juntos dos técnicos do ADLRA, com conhecimentos na área de captura de imagem, uma formação para inteirar sobre as ações desenvolvidas na digitalização de documentos desde a sua preparação do documento até ao armazenamento do objeto digital.

Nesta formação foi possível perceber o cuidado em preparar o documento em formato papel, removendo elementos metálicos, eliminando vincos para não provocar lacunas no conteúdo e tornar a imagem mais fidedigna ao original.

No que respeita a captura da imagem, esta deverá ser realizada numa resolução de 300 dpi (*dots per inch*), no formato TIFF (*Tagged Image File Format*) permitindo a leitura do conteúdo, possibilitando a conversão em restantes formatos como JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) PDF (*Portable Document Format*) sem perda de legibilidade do conteúdo.

Da captura de imagem é retirada a matriz, armazenada com o nome do código de referência e em lugar apropriado de acordo com as indicações da DGARQ, sobre estas são retiradas cópias para associação ao registo informático da descrição e para satisfação de pedidos dos utilizadores.

Nos objetos digitais são definidas os metadados para facilitar a recuperação numa melhor utilização da informação dos dados, com as características do equipamento de captura, características técnicas do objeto digital, data da captura e é colocada na imagem a indicação de posse “ADLRA”.

Esta ação permitiu perceber o processo de digitalização de documentos, sendo neste momento uma preocupação dos serviços municipais, não no contexto da divulgação, mas no contexto de acesso à informação, uma vez que o Arquivo Municipal está disperso por vários

espaços de depósito nomeadamente Arquivo Histórico, Edifício Sede, Estádio Municipal, Edifício S. Romão.

## 2 - Divulgação da informação e sua importância

Frequentemente ouvem-se expressões do género “aldeia global”, “internacionalização”, “globalização” entre outras, para exprimir a necessidade que a sociedade tem em informar e manter-se informada, esta ideia ganhou maior impacto com o desenvolvimento das novas tecnologias. Cada vez mais é nos apresentados equipamentos que garantem uma maior e mais rápida transmissão de informação, disponibilizando às comunidades conteúdos que possam ser absorvidos por estas.

A informação é tão importante para a Sociedade, como o é para os organismos, servindo de apoio à tomada de decisão, e de transparência nos atos dos agentes decisores, pelo que a informação torna-se um recurso que “terá de ser gerido de forma a tirar o maior proveito possível.”<sup>15</sup>

Como exemplo o autor refere que:

“Na economia de hoje, muitas organizações públicas e privadas (...), têm informação que contribui para a eficiência da gestão e para mais facilmente atingir os objetivos, pelo que nas modernas organizações a informação é um recurso, usado na definição e implementação da estratégia.”<sup>16</sup>

No contexto arquivístico podemos encontrar as definições exatas para a importância da informação nas organizações no que respeita ao trabalho agora apresentado:

“- um acesso rápido e eficaz a uma informação de qualidade quer interna quer externa ao organismo;

- uma harmonização bem como uma maior coordenação das necessidades dos utilizadores, nomeadamente através da introdução eventual do guichet único, através de uma rede de comunicação;

---

<sup>15</sup> RASCÃO, José – Novos desafios da Gestão da Informação: Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2008. 206 p. 978-972-618-513-0

<sup>16</sup> idem

- Uma maximização dos esforços investidos no tratamento da informação documental através de uma melhor coordenação e de uma normalização das intervenções dos peritos das diversas disciplinas das ciências da informação.”<sup>17</sup>

Tendo por base a Declaração universal sobre os arquivos, um dos documentos globalizantes orientadores que vem confirmar a importância da informação contida nos Arquivos.

“Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um património [patrimônio] único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes.

Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.”<sup>18</sup>

Como podemos verificar a importância da informação, assume o valor de património e é neste campo que interessa centrar a nossa atenção, analisando a política de proteção e valorização do património em Portugal, através da Lei n.º 107/2001, publicada no Diário da República de 8 de Setembro de 2001.

É nos conceitos da lei que encontramos na definição de património cultural o valor do testemunho e a relação interpretativa e informativa com os bens materiais e imateriais, abrange ainda como bem imaterial a identidade e a memória coletiva portuguesa.

No referido documento, são apresentados objetivos com vista a proteção e valorização do património cultural tais como:

“a) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural;

---

<sup>17</sup> ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – Fundamentos da disciplina arquivística: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. 63 p. ISBN: 972-20-1428-5

<sup>18</sup> RASCÃO, José – Novos desafios da Gestão da Informação: Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2008. 206 p. 978-972-618-513-0



- b) Vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional;
- c) Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local;
- d) Defender a qualidade ambiental e paisagística.”

É com base neste pressuposto dos objetivos referidos na Lei, aliados ao património arquivístico, produzido pela Junta de Turismo de Monte Real que traduzem importância desta informação, nomeadamente na relevância das atividades desenvolvidas, na repercussão pública das mesmas e pelo valor probatório e informativo quanto a relevância jurídica, política, económica, social, cultural religiosa ou científica.

Neste levanta-se uma das questões centrais do trabalho refletir sobre a forma de divulgação e valorização deste património face a atividade turística do produtor da informação no contexto local.

## 2.1 - Enquadramento na sociedade

O desenvolvimento turístico na Freguesia de Monte Real, levou à criação da JTMR, como podemos verificar anteriormente existiu na década de 40/50 um forte impacto na sociedade local, através da criação de postos de trabalho, a existência de uma grande oferta de alojamento, a constante preocupação em manter a paisagem urbana aprazível, isto tudo em torno de um elemento chave que foi e é as Termas de Monte Real.

Em Portugal, o turismo foi, desde sempre, passada a ideia de um país de sol, mar e de praias de areia fina que existem em abundância. Esta ideia provocou o desenvolvimento turismo do litoral, em detrimento do turismo do interior e dos valores turísticos em que estas regiões são ricas: termalismo, cultura, gastronomia, paisagens, entre outros. É nos anos mais recentes, que vimos a assistir a uma mudança nas atitudes e comportamentos dos turistas, que associada a um maior investimento promocional de outros destinos turísticos vem conduzindo a uma maior procura destes destinos.<sup>19</sup>

Hoje em dia, o turismo envolve um alcance universal é um princípio relevante para o desenvolvimento das pessoas e para o crescimento económico, social, político e ambiental de muitas pequenas localidades, cidades, regiões e países.<sup>20</sup>

A localização da Freguesia de Monte Real, ser no litoral, e ter situado as termas tornou o turismo como motor de desenvolvimento regional e, um fator de expansão económica global, como refere Cunha (2001) em primeiro lugar, porque o turismo é a atividade que melhor pode endogeneizar os recursos locais (naturais, históricos ou culturais). Em segundo lugar porque turismo impulsiona o investimento em infraestruturas e equipamento social que servem as populações locais e estimulam o desenvolvimento de uma região.

Segundo Jorge Mongorrinha, Presidente da Comissão Nacional do Centenário do Turismo de Portugal, em entrevista ao jornal Diário de Notícia, publicada a 1 de junho de 2012, refere que “Portugal foi um país pioneiro na institucionalização do

---

<sup>19</sup> FERNANDES, Paula; MONTE, Ana; CASTRO, José – A região norte de Portugal e a preferência da procura turística: litoral versus interior: 2003

<sup>20</sup> CUNHA, Licínio – Introdução ao turismo: Lisboa: Verbo, 2001. ISBN: 978-972-22-2085-9

turismo na orgânica do Estado, há um século, e tornou-se um dos mais importantes países turísticos europeus. Os seus recursos naturais e culturais e os produtos e destinos turísticos próprios, reconhecido nacional e internacionalmente, são aspetos estruturantes quando pensamos e falamos de como ultrapassar a crise atual.”

É na mesma entrevista que aponta para algumas características únicas do nosso território como “a diversidade e a biodiversidade do nosso país sempre potenciaram a criação de produtos, destinos e marcas valorativas de uma estratégia turística nacional que, por sua vez, se deve articular, coerentemente, com a própria marca do País. A acrescentar a isso, os últimos dados estatísticos demonstram o carácter exportador do sector turístico, além de que o valor do turismo no produto interno bruto (PIB) português é um dos maiores de entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A oferta turística tem crescido, com sinais de qualidade e diversificando as experiências disponíveis. Com ela, devemos ser capazes de fazer algo de novo e diferente, relativamente a outros destinos dos quais nos chegam sinais de boas práticas, e - muito importante - não descurar os pormenores para satisfazer o consumidor, o alvo principal das atenções.”

Contudo o mesmo autor deixa, algumas reflexões sobre o posicionamento e a importância que o Turismo tem para o País e para as comunidades locais face às dificuldades nomeadamente a situação económica social. É neste momentos que devemos refletir e considerar o turismo como uma das chaves, “pelo potencial que tem no confronto da crise, pelas redes de negócio e relações sociais que gera, pelo envolvimento das comunidades locais.”

Podemos concluir que o turismo para além de um fator de desenvolvimento é também incentivador para a valorização e divulgação do património, nomeadamente com a receção de turistas potenciais consumidores do património local.

## **2.2 - Termas – Turismo de saúde**

A partir dos anos 50 e até aos anos 80 as Termas de Monte Real passaram a ser as mais frequentadas do país e até da Península Ibérica.

A importância do turismo para a freguesia de Monte Real, foi sem dúvida o turismo de saúde, nomeadamente pelas termas. A procura por espaços termais tem-se modificado significativamente ao longo dos tempos. As termas constituíram-se, originalmente, em estâncias de cura, isto é, em produtos eminentemente terapêuticos. Mas o desenvolvimento dos hábitos turísticos projetou, no entanto, algumas estâncias termais para o estatuto de centros turísticos, onde a dimensão terapêutica por vezes se subjugava à componente turística

Este desenvolvimento verificou-se em Monte Real, com a aposta na modernização e nas infraestruturas do Hotel das Termas, que sofreu remodelações e ampliações e no qual diversificou a oferta no campo do turismo de saúde, com a introdução SPA, conceitos atuais de conforto e bem-estar.

Face a esta aposta, e com base nos dados da Direção Geral de Energia e Geologia, na análise comparativa de 2009 e 2010 podemos verificar que as Termas de Monte Real tiveram um aumento de 1405 inscrições face ao ano anterior de 2009.

Segundo Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha, em entrevista ao jornal Tinta Fresca, de 19 de Abril de 2008, sobre O Património da História do Termalismo em Portugal, apontam como conclusão a importância do valor cultural no impulsionador do termalismo em Portugal

É no século XX, que surge a preocupação na consolidação das construções, onde seja as estruturas não assentavam apenas no edifício balnear, abrange o conceito de alojamento e daí a construção de hotéis junto às termas, como é o caso de Monte Real, bem como a existência de pensões, chalés ou o aluguer de quartos em casas privadas.

Com estas evoluções de infraestrutura, a preocupação dos estabelecimentos hoteleiros passou para a oferta cultural e frequentemente “ofereciam salas de baile, percorridos por valsas e contradanças, onde reuniam músicos e público. Também se construíram clubes de recreio ou casinos, onde era possível encontrar café, casa de

bilhar, sala para jogos e outros refinamentos do quotidiano, nos períodos da manhã ou de tarde, nos intervalos entre refeições e tratamentos, ou então à noite, numa requintada socialização ou sociabilidade que fluía entre os regulares frequentadores das águas.”

Face a estas medidas, os estabelecimentos hoteleiros passaram a incluir nas ofertas culturais com referência ao património local desde a arquitetura característica, festivais de música, festivais gastronómicos e toda uma série de iniciativas de divulgação e promoção da identidade cultural.

### **2.3 - Valorização do património local**

Monte Real conserva ainda importantes marcos da sua história local, sendo pontos de interesse por grande parte dos turistas, nomeadamente os vestígios do antigo Paço Real, onde D. Dinis e a Rainha Santa Isabel terão habitado, o pelourinho datado de 1573, a Casa da Câmara (Domus Municipalis ou Paços do Concelho) Incendiada durante as invasões francesas, foi adquirida pela Câmara Municipal de Leiria em 1834, servindo também de cadeia.

Conforme os autores referem “De uma anta de Monte Real foi retirado, para o Museu de Belém um machado de basalto, uma faca de sílex e um chapão de ardósia. Nas proximidades foi encontrado outro machado de basalto que também foi levado para o referido museu.”

Em resumo, a Freguesia de Monte Real é detentora de um vasto património arqueológico, arquitetónico, ambiental e cultural do qual faz parte integrante o fundo agora tratado.

Contudo existem valores predominantes que prendem a atenção e o interesse do cidadão são os casos:

Base Aérea N.º 5 – Símbolo de defesa, constitui um polo de interesse e atracção, para a população e inúmeros turistas da freguesia, como sinal de divulgação e valorização desta infraestrutura a mesma encontra-se aberta a visitas guiadas mediante marcação.

Termas - conjugam as memórias das estâncias termais clássicas, como a dinâmica das tecnologias e tratamentos modernos. Os efeitos terapêuticos desta água eram já conhecidos durante a ocupação romana, datando a sua exploração recente de 1807. Nascida à temperatura de 18 graus, esta água é bacteriologicamente pura, sendo recomendada para o tratamento das doenças do aparelho digestivo, reumático e musculo-esqueléticos e do aparelho digestivo. As termas dispõem de programas de relaxamento e bem-estar.

Por curiosidade, as termas “Foram frequentadas por figuras conhecidas da sociedade portuguesa, desde o Dr. Adolfo Coelho da Rocha, (Miguel Torga), D. Maria Teresa de Noronha, (reconhecida Senhora da sociedade e fadista), e tantos mais e

ainda, como por exemplo, mais recentemente, o historiador Joaquim Veríssimo Serrão. Em 2005 as Termas de Monte Real foram adquiridas pelo Grupo Lena, e por essa ocasião todo o complexo sofreu profundas obras de construção e reestruturação; o novo projeto foi inaugurado em julho de 2009, já com instalações renovadas e novos serviços, passando ser, sem dúvida, uma das melhores estâncias termais do país.”

## **2.4 - Divulgação do fundo documental**

Todo o trabalho de tratamento documental pressupõe que a documentação fique acessível a leitores tipo, estudantes e professores, investigadores locais, regionais e nacionais para fins académicos e interessados na história local. Contudo e após algumas leituras esta realidade não chega é preciso tornar a documentação acessível, é necessário divulgar o seu conteúdo.

Numa pesquisa aleatória sobre as atividades adotadas pelos vários arquivos nacionais e europeus na divulgação e valorização do património arquivístico, nomeadamente no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, no Arquivo Municipal de Lisboa, no Arquivo Municipal de Barcelona (Arxiau Municipal de Barcelona), Arquivo de Paris (Archive de Paris) podem-se retirar algumas ideias possíveis de serem adotadas face a realidade do Fundo da JTMR e até mesmo no Arquivo Histórico Municipal de Leiria.

### **Divulgação direcionada ao utilizador/investigador:**

De uma forma geral, grande parte dos arquivos utilizam a web para divulgar a informação, disponibilizando em linha alguns dos instrumentos de pesquisa como os inventários e os catálogos, permitindo ao utilizador consultar a informação de acordo com a sua disponibilidade, não estando sujeito a horas de abertura ao público.

Permite também, ao utilizador seleccionar a informação mais pertinente com os seus interesses, quer de investigação, quer de mera curiosidade, e numa consulta presencial torna mais fácil e rápido o pedido.

Possibilita ainda, ao utilizador identificar o detentor da informação e assim descolar-se à entidade correta, evitando a perda tempo em deslocações e todos os constrangimentos daí resultantes nomeadamente a desmotivação e o desinteresse do mesmo em conseguir ter acesso à informação, em prejuízo do sucesso da investigação.

No que respeita ao fundo da JTMR, por si só não justificaria um sítio na Web dedicado apenas a esta informação, contudo seria possível mediante autorização, disponibilizar a descrição nos sítios da Junta de Freguesia de Monte Real, da Câmara Municipal de Leiria, na Região de Turismo de Leiria e em entidades locais como o hotel



das Termas, o Gabinete de Promoção Turística, associações com fins culturais e que disponham de sítio.

### **Divulgação direcionada ao público estudante**

Como é possível verificar, nos sítios tanto no Arquivo de Barcelona, como no Arquivo de Paris existem disponíveis aos professores cadernos pedagógicos que incluem orientações direcionadas para as várias camadas escolares, com um conjunto de atividades relacionadas com vários temas tais como o ambiente, a natureza, a história entre outros, incluem também visitas guiadas a arquivos e bibliotecas dando a conhecer a importância da recolha, salvaguarda e divulgação da informação.

No sítio web do Arquivo Municipal de Lisboa temos acesso aos objetivos do serviços educativos e que enquadra nesta “O Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa tem como objetivo divulgar o seu valioso património documental e fotográfico, disponibilizando a consulta dos documentos ao público e dando também a conhecer a importância das fontes primárias no desenvolvimento da plena cidadania, em especial para o público escolar, como complemento da sua formação curricular”.

Contudo é no Arquivo Municipal de Ponte de Lima que podemos encontrar uma maior proximidade com a comunidade escolar, nomeadamente com apresentação de temas destinados ao projeto área escola é o exemplo que se transcreve:

“Área Projeto

#### **Percurso pela floresta milenar encantada**

**Âmbito:** Após uma breve resenha da história da floresta portuguesa, com especial incidência sobre o papel relevante da floresta na construção de embarcações durante a época dos descobrimentos, os alunos terão de criar um teatro de fantoches alusivo ao tema. Os alunos terão, mais concretamente, de elaborar os fantoches de redigir o guião e de representar a peça.

**Destinatários:** alunos do 1º ciclo

**Nº de alunos:** 2 turmas”

Para um dos objetivos deste trabalho, que é a divulgação, a elaboração de um caderno pedagógico não seria de equacionar a curto prazo, seria viável programar visitas de estudo ao Arquivo Distrital de Leiria, ao Arquivo Histórico Municipal de Leiria, ao Património Local de Monte Real.

Contudo, seria também importante aproveitar a ideia anterior e elaborar um projeto destinado aos alunos que envolva o tema da água e os seus efeitos terapêuticos. O objetivo seria dar a conhecer a história das Termas, e a importância que a água tem não só na alimentação, mas na saúde.

Para este projeto, seria necessário a colaboração dos professores dos estabelecimentos escolares na freguesia, os responsáveis pelas termas podendo alargar a colaboração ao centro de saúde local.

### **Divulgação direcionada ao público em geral**

Recorrendo aos sítios web já referidos, verificamos que estes apresentam ofertas diversificadas de divulgação, promoção e valorização da informação, através da realização e organização de visitas guiadas tanto a arquivo, como a espaços exteriores de divulgação do património cultural, realização de conferências e debates, exposições, ateliers, publicações, bem como a recolha e divulgação de produção científica sobre o concelho.

Desta observação podemos recolher experiências para implementação a curto prazo como:

- **Exposição documental** que divulgue o fundo da JTMR e as funções que desempenhou, expondo uma seleção de documentação atrativa ao interesse do público, nomeadamente atas da constituição e nomeação da Junta, a relação discriminada das unidades hoteleiras e dos particulares com quartos ou casas de aluguer, relação de trabalhadores contratados e respetivas especialidades e plantas arquitetónicas de melhoria dos espaços públicos nomeadamente o cineteatro, a farmácia, o posto de turismo, o edifício sede da Junta de Turismo e a capela. A esta exposição poder-se-ia complementar com documentação

proveniente de entidades privadas a referir o hotel das termas e outras unidades que tenham sido relevantes.

O objetivo da exposição para além da divulgação do fundo seria demonstrar a importância da instituição no desenvolvimento urbano e paisagístico, na promoção do turismo local, na gestão de relações entre os turistas e as unidades hoteleira e entre estas e as entidades tutelares e a importância das termas no desenvolvimento turístico.

Para atingir este objetivo, é importante que o local de realização da exposição seja próximo da população a existência de alguns espaços possíveis tais como o cineteatro e o Hotel das Termas. O tempo de duração seria de um mês e era aconselhável o mês de Agosto para atingir um maior número de turista.

para se chegar mais dentro do e o tempo de duração,

- **Visitas guiadas** à semelhança do que é proposto para as escolas com as visitas de estudo às entidades, mas desta feita criando uma rota ou um passeio pela vila e descobrir o valor do património existente quer o edificado, aproveitando a localização em pleno Pinhal de Leiria. À semelhança com a Rota dos Escritores em Leiria, onde os visitantes são convidados a percorrer os locais por onde passaram e estiveram os escritores Eça de Queirós, Miguel Torga, Acácio de Paiva, Afonso Lopes Vieira e Rodrigues Lobo. E também recentemente lançada a Rota conhecer Leiria, onde os visitantes são levados a visitarem os edifícios mais marcantes na história da sociedade leiriense e que foram alvo de recuperação arquitetónica.

- **Realização de conferências/debates**

Como foi referido anteriormente a JTMR abrangia várias áreas de intervenção associadas direta ou indiretamente ao turismo e ao bem-estar dos turistas que procuraram as termas para aliar os tratamentos de saúde com o lazer e assim conhecerem a história local de Monte Real.

É nesta procura de interesse na cultura local por parte da população residente e turística que se enquadra esta proposta de

conferência/debate, para além de dar a conhecer o passado e o presente pode-se refletir sobre o futuro face ao desenvolvimento nas áreas do turismo local, da valorização do património, da potencial no aproveitamento da natureza nomeadamente com a localização geográfica de Monte Real situar-se dentro do pinhal de Leiria. Outro tema atual e que poderia ser aproveitado para debate seria as vantagens e/ou desvantagens na abertura da Base Aérea N.º 5 à aviação privada de low cost no turismo local, este é um tema que está em discussão na opinião pública, nomeadamente nos jornais locais, e que se poderia explorar a comparação com as melhorias rodoviária e ferroviárias do passado no desenvolvimento turístico local.

Estes e outros temas possibilitam a partilha de conhecimentos na perspetiva de análise ao passado refletindo sobre possíveis benefícios futuros.

- **Publicações** são outro meio de divulgação do fundo da JTMR, tanto pela análise a instituição em si, como sendo fonte de recolha de informação. A área de publicações referente às termas e turismo de Monte Real não tem sido alvo de publicações, podemos encontrar informação genérica quando analisamos sobre a história das termas em Portugal, alguma em produções se a história de Monte Real, mas ao nível da importância das termas no desenvolvimento turístico existe pouca oferta. Não fazendo nenhum estudo sobre os motivos pelo qual isto acontece, podemos deduzir que a divulgação do fundo da JTMR tem aqui um potencial de valorização.
- **Recolha e divulgação de produção científica** de acordo com algumas realidades verificadas em muitos dos Arquivos Municipais, existe um espaço físico destinado a recolher a história local do concelho. No caso do concelho de Leiria, esta recolha existe e é da responsabilidade da Biblioteca Municipal, que tem disponível ao público uma área destinada à história local, organizada do geral sobre o concelho, para o particular sobre as freguesias, onde podemos encontrar algumas referências bibliográficas sobre a Freguesia de Monte Real.

No entanto esta recolha poderia ser mais alargada e dotar o gabinete de promoção turística de Monte Real de um espaço de leitura sobre a história local, seria de todo interessante abranger esta recolha bibliográfica à recolha de documentação na posse de privados, bem como a recolha de testemunhos orais, com o objetivo de enriquecer o património local.

### **Conclusão sobre a divulgação da informação**

Em conclusão, estamos perante uma fonte de informação, o fundo da JTMR, com potencial de valorização, o que se pretende com esta análise é recolher realidades de divulgação juntos dos vários arquivos aplicando ao fundo alvo de estudo.

O objetivo principal com a divulgação é dar a conhecer o património local, associando o potencial arquitetónico, arqueológico e o arquivístico através da relação com o turismo. Face a isto, facilmente conseguimos criar ligações importantes no desenvolvimento de várias áreas:

- Desenvolvimento ambiental – com adoção de políticas de requalificação de espaços verdes;
- Desenvolvimento económico – com o aumento de turistas, aumentou a oferta de quartos, quer em hotéis, pensões e casas de aluguer;
- Desenvolvimento social – com a necessidade de contratar bens e serviços
- Desenvolvimento turístico – com o aumento de ofertas turísticas (espetáculos) e a criação de um cineteatro, piscina;
- Desenvolvimento dos transportes – com a criação de percursos de transporte rodoviário (carreiras de Leiria-Monte Real-Vieira-Praia da Vieira);

### **Plano estratégico:**

Desenvolver a medio prazo, um conjunto de atividades com base nos objetivos, criando uma exposição onde sejam evidenciados alguns documentos que comprovem esses desenvolvimentos e paralelamente promover ações de sensibilização com destaque no passado, presente e futuro e para isso seria de equacionar convites a autores e comentadores locais numa tertúlia de valorização da história local.

A longo prazo, e dependendo da aceitação por parte da população e o interesse dos turistas em conhecer melhor a cultura local, poder-se-ia através de apoio das empresas locais conseguir-se produzir outros tipos de conteúdos de divulgação tais como:

- Realização de brochuras;
- Realização de Colóquios temáticos;
- Realização de artigos nos Jornais Locais
- Venda de brindes alusivos ao património local

### 3 - Conclusões

O trabalho desenvolvido durante o estágio, a elaboração do relatório e as leituras obrigaram a refletir sobre a importância e a divulgação de um fundo documental, no entanto esta reflexão não faz sentido existir sem antes haver uma cuidada interpretação quanto ao tratamento documental produzido pela JTMR.

O tratamento documental, com base na organização, classificação e a descrição arquivística permitiu verificar a importância da criação desta entidade na promoção turística e o bem-estar dos cidadãos, permitiu ainda verificar a relação que esta tinha com as várias entidades públicas e privadas.

Foi através do contato com a documentação que foi possível perceber a importância que este produtor teve na melhoria e bem-estar, mediante a gestão de espaços públicos como a limpeza, a higiene, as melhorias nos arruamentos e largos. A importância que teve na promoção turística e termal de uma região, através dos órgãos de comunicação social, e através da publicação de folhetos.

Em resumo, não seria possível refletir sobre a divulgação sem antes analisar e proceder ao tratamento documental, resultando daí uma inventariação da informação produzida sem a qual não seria possível divulgar ou valorizar este património.

Durante o desenrolar do trabalho de estágio surgiu a questão, para além da inventariação que outras formas de acesso e divulgação seriam necessárias para valorizar a Instituição e a documentação por ela produzida.

O resultado a esta questão foi dotar este trabalho de uma reflexão com base em realidades de divulgação de outros arquivos nacionais e europeu que pudessem ser aplicados ao fundo da JTMR.

A visão tradicionalista dos arquivos como “...locais privilegiados para conservar a produção de registos (...) que formam a memória que é importante preservar, pelo facto de constituir fator de identidade nacional”<sup>21</sup> foi plenamente ultrapassada.

---

<sup>21</sup> RIBEIRO, Fernanda – Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In MESA-REDONDA DE PRIMAVERA, 8.ª, Porto, 2004 - Conservar para quê? Coord. VítorOliveira Jorge. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Coimbra : Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto, Fundação para

Obedecendo ao atual paradigma da arquivística, a administração da informação está intimamente ligada ao conhecimento da estrutura orgânica dos sistemas de informação e ao conhecimento da estrutura orgânica, e à análise funcional da instituição.

No que respeita ao tratamento documental para este fundo, o projeto inicial seria a intervenção sobre um núcleo de documentos mais reduzido e que possibilitasse a continuidade desta intervenção para ocasiões futuras, na ótica de um trabalho de contínuo. A escolha por este núcleo documental enquadra-se dentro do pretendido, pois detém informação relacionada como os fundos documentais da Comissão Municipal de Turismo, da Câmara Municipal de Leiria, da Junta de Freguesia de Monte Real e no fundo da Comissão de Iniciativa e Turismo todos na posse do Município de Leiria. No entanto podemos fazer paralelismo com o tratamento documental de organizações semelhantes que tenham sido criadas ao longo do território nacional

Este tratamento documental permitiu acrescentar um fator relevante para o acesso à informação e a descrição complementando a história do Turismo da região de Leiria e principalmente da Freguesia de Monte Real. Permitiu ainda complementar o registo existente no Arquivo Distrital de Leiria evidenciando as boas relações institucionais entre este e a Câmara Municipal de Leiria, um fator extremamente importante para o sucesso do trabalho de estágio, bem como para projetos futuros.

No âmbito da reflexão e análise ao tratamento documental que foi realizado, e num ambiente mais alargado, seria muito viável estender a outras entidades locais e privadas que tiveram o seu desenvolvimento a custa do Turismo nomeadamente os Hotéis, Pensões entre outras possibilitando assim complementar a história local e valorizar o património.

A aprendizagem adquirida ao longo da execução deste trabalho consistiu na mais valia da experiência profissional, na perceção dos desafios e os problemas que um arquivista enfrenta no dia-a-dia e igualmente as suas potencialidades que um arquivo tem enquanto serviço dinamizador da história local.



A ciência da informação arquivística está a reforçar a sua expansão e a ser considerada indispensável para a organização e funcionamento tanto de instituições, como empresas, na medida em que permite uma gestão eficiente da informação produzida e a sua recuperação. Assim, a adesão dos serviços de arquivo às novas tecnologias é um veículo inevitável de divulgação da documentação à sua guarda.

## **Bibliografia**

ALBERTO, Isidro da Piedade (1991) – “Monte Real terra histórica ontem e hoje”.  
Edição da Região de Turismo de Leiria – Rota do Sol.

ANTÓNIO, Rafael; SILVA, Carlos Guardado da – Organização de arquivos  
definitivos: Manual ARQBASE. Lisboa: Colibri, 2006.

BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes, (2007) “Serviços Educativos na Cultura:  
Desenhar Pontos de Encontro” in Sara Barriga; Susana Gomes Silva (coord.), Serviços  
Educativos na Cultura, Porto: Setepés.

Direcção-Geral de Arquivos - Secretariado Nacional de Informação [em linha].  
Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4314203> [Consultado em Março  
de 2012]

Direcção-Geral de Arquivos - Comissão Regional de turismo de Leiria/Região de  
Turismo de Leiria-Fátima [em linha]. Disponível em  
<http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1034912> [Consultado em Março de 2012]

Direcção-Geral de Arquivos - Junta de Turismo de Monte Real [em linha].  
Disponível em <http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1018853> [Consultado em  
Março de 2012]

Direcção-Geral de Arquivos - Conselho Nacional de Turismo [em linha].  
Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3895792> [consultado em Março  
de 2012]

Direcção-Geral de Arquivos (2011) “Recomendações para a produção de PPD  
versão 2.1”. Lisboa.[Em linha]. Disponível em  
[http://dgarq.gov.pt/files/2011/11/Recomendações-para-a-produção-de-PPD\\_V2.1.pdf](http://dgarq.gov.pt/files/2011/11/Recomendações-para-a-produção-de-PPD_V2.1.pdf)  
[Consultado em Março de 2012]

Direcção-Geral de Arquivos, (20017) – “Programa de normalização da descrição  
em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – Orientações  
para a Descrição Arquivística. 2ª Versão”. Lisboa:DGQAR, 2007: Disponível em  
<http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf> [Consultado em Março de 2012]

DUCHEIN, Michel - Le Respect des fonds en Archivistique : principes théoriques et problèmes pratiques. La Gazette des Archives. Paris. 2:97 (1977) 71-96

FERNANDES, Paula; MONTE, Ana; CASTRO, José (2003) – A região norte de Portugal e a preferência da procura turística: litoral versus interior:

ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª Ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

LAMIZET, Bernard (1999) – “La médiation culturelle”, Paris: L’Harmattan.

LOPES, João Teixeira, “*Da Democratização à Democracia Cultural. Uma Reflexão sobre políticas culturais e espaço público*”, Porto: Profedições.

Norma Portuguesa 4041: 2005, Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa: IPQ; CT7

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, 2005.

RASCÃO, José – Novos desafios da Gestão da Informação: Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2008. 206 p. 978-972-618-513-0

ROE, Kathleen D. – Arranging & Describing: archives & manuscripts. Chicago: The Society of American Archivists, 2006.

RIBEIRO, Fernanda – Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In MESA-REDONDA DE PRIMAVERA, 8.ª, Porto, 2004 - Conservar para quê? Coord. Vítor Oliveira Jorge. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Coimbra : Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005. ISBN 972-9350-87-6. p. 77-84. [Em linha]. Disponível em [http://ler.letras.up.pt/revistas/html/revista\\_72/serie\\_0/index.htm](http://ler.letras.up.pt/revistas/html/revista_72/serie_0/index.htm) [consultado em Março de 2012]

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – Fundamentos da disciplina arquivística: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. 63 p. ISBN: 972-20-1428-5

SILVA, Susana Gomes, (2007) “Enquadramento Teórico para uma Prática Educativa nos Museus” in Sara Barriga; Susana Gomes Silva (coord.), *Serviços Educativos na Cultura*, Porto: Setepés.

ZÚQUETE, Afonso (1950) – Monografia de Leiria A Cidade e o Concelho. Folheto Edições & Design. Leiria.

## **Legislação**

Decreto n.º 30263 de 10 de Janeiro de 1940 – Criação da Junta de Turismo de Monte Real. [Em linha]. Disponível em <http://www.dre.pt> [Consultado em Março de 2012]

Lei n.º 2082 de 4 de Junho de 1956 – Criação das Regiões de Turismo. [Em linha]. Disponível em <http://www.dre.pt> [Consultado em Março de 2012]

Decreto n.º 41526 de 7 de Fevereiro de 1958 – Criação da Região de Turismo de Leiria. [Em linha]. Disponível em <http://www.dre.pt> [Consultado em Março de 2012]

Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001 – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. [Em linha]. Disponível em <http://www.dre.pt> [Consultado em Março de 2012]